

ASSOCIAÇÃO PEDAGÓGICA NOVALIS - APN

*Demonstrações Financeiras referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2021 e
Relatório dos Auditores Independentes*

Conteúdo

	Pág.
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1 - 3
Balancos patrimoniais	4 - 5
Demonstrações de resultado - Educação com Cobrança de Mensalidades	6 - 8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11 - 17

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores da
ASSOCIAÇÃO PEDAGÓGICA NOVALIS - APN
Piracicaba – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **ASSOCIAÇÃO PEDAGÓGICA NOVALIS - APN**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSOCIAÇÃO PEDAGÓGICA NOVALIS - APN**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

A Entidade não possui controle físico-contábil sobre a totalidade do ativo imobilizado, especificamente dos bens móveis, e não calcula despesa com depreciação da totalidade dos bens. Portanto não foi possível determinarmos os efeitos de possíveis ajustes nas demonstrações financeiras, no entanto a Administração está adotando medidas para regularização.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2022

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em Reais

ATIVO	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa		6.854,38	1.791,05
Aplicações financeiras	03	658.080,34	553.129,29
Contas a receber – líquido de provisão	04	321.242,01	235.569,47
Tributos a receber		47.088,95	-
Adiantamentos		18.604,01	147.698,50
Total Ativo Circulante		<u>1.051.869,69</u>	<u>938.188,31</u>
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	05	1.642.162,29	1.638.043,00
Investimento		417,70	400,00
Total Ativo Não Circulante		<u>1.642.579,99</u>	<u>1.638.443,00</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>2.694.449,68</u>	<u>2.576.631,31</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

4



Diretor Presidente
Silvio Frosini de Barros Ferraz
CPF: 123.314.848-64

Contador
Eliel Jardim de Souza
CPF: 128.834.378-74
CT CRC: 1SP185869/O-6

ASSOCIAÇÃO PEDAGÓGICA NOVALIS – APN
CNPJ 03.580.848/0001-25

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em Reais

PASSIVO	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Contas a pagar		349,04	-
Fornecedores		4.166,64	29.656,12
Obrigações trabalhistas e sociais	06	209.250,29	268.239,10
Obrigações fiscais	07	37.574,33	27.638,42
Provisões trabalhistas		141.822,91	171.897,46
Receitas antecipadas	2(g)	358.815,19	340.348,33
Empréstimos e financiamentos		134.383,20	134.383,20
Total Passivo Circulante		886.361,60	972.162,63
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos		101.550,18	209.933,38
Total Passivo Não Circulante		101.550,18	209.933,38
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio líquido	13	1.706.537,90	1.394.535,30
Total Patrimônio Líquido		1.706.537,90	1.394.535,30
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.694.449,68	2.576.631,31

:

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

5



Diretor Presidente
Silvio Frosini de Barros Ferraz
CPF: 123.314.848-64

Contador
Eliel Jardim de Souza
CPF: 128.834.378-74
CT CRC: 1SP185869/O-6

**Demonstração do Resultado – Educação com Cobrança de Mensalidades
Para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em Reais**

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	2021	2020
Receita Bruta de Educação	7.907.496,52	7.015.549,90
Mensalidades Alunos Pagantes	1.936.512,48	2.119.508,63
Mensalidades Concedidas em Bolsa de Estudos 100%	761.735,02	654.002,40
Mensalidades Concedidas em Bolsa de Estudos 50%	1.075.085,74	1.120.697,93
Mensalidades Concedidas em Bolsa de Estudos (Demais Bolsas)	3.034.860,69	2.213.182,30
Mensalidades Concedidas em Bolsa de Estudos (100% - Receitas de Serviços	1.009.966,90	810.761,38
	89.335,69	97.397,26
(-) Deduções da Receita Bruta de Educação	(3.582.267,57)	(3.078.243,15)
Bolsas de Estudos Concedidas 100%	(761.735,02)	(654.002,40)
Bolsas de Estudos Concedidas 50%	(537.542,89)	(560.348,94)
Bolsas de Estudos Concedidas (Demais Bolsas)	(1.233.374,70)	(781.123,60)
Bolsas de Estudos Concedidas (100% - Funcionários)	(1.009.967,10)	(810.761,38)
Descontos Concedidos Extraordinários – Covid 19	(39.647,86)	(272.006,83)
Devolução de Mensalidades/Anuidades	-	-
(+) Outras Receitas	-	-
Convênios	-	-
Subvenções	-	-
Doações	-	-
(+) Receita Bruta de Saúde	-	-
(-) Deduções da Receita Bruta de Saúde	-	-
(+) Outras Receitas	-	-
Convênios	-	-
Subvenções	-	-
Doações	-	-
(+) Receita Bruta de Assistência Social	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Diretor Presidente
Silvio Frosini de Barros Ferraz
CPF: 123.314.848-64

Contador
Eliel Jardim de Souza
CPF: 128.834.378-74
CT CRC: 1SP185869/O-6

**Demonstração do Resultado – Educação com Cobrança de Mensalidades
Para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em Reais**

	2021	2020
(-) Deduções de Receita Bruta de Assistência Social	-	-
(+) Outras Receitas	-	-
Convênios	-	-
Subvenções	-	-
Doações	-	-
(=) RECEITA LÍQUIDA	4.325.228,95	3.937.306,75
(-) Custo do Serviço Educacional	(3.432.727,76)	(2.858.987,44)
Despesas com Pessoal e Encargos	(2.927.892,28)	(2.375.233,28)
Despesas Diversas com Pessoal	(453.121,90)	(431.646,35)
Outras Despesas Pedagógicas	(51.713,58)	(52.107,81)
Material Didático	-	-
Alimentação	-	-
Transporte	-	-
Uniforme	-	-
Moradia	-	-
Projetos e Atividades – Educação Básica em Tempo Integral	-	-
(-) Custo do Serviço de Saúde	-	-
Assistência Hospitalar Gratuita	-	-
(-) Custo do Serviço de Assistência Social	-	-
Assistência Social Gratuita	-	-
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	892.501,19	1.078.319,31
(-) Despesas Operacionais	(878.297,79)	(918.348,19)
Despesas com Pessoal e Encargos	(377.402,34)	(321.302,20)
Despesas Diversas com Pessoal	(77.455,08)	(71.765,68)
Despesas Administrativas	(119.514,38)	(67.204,18)
Despesas com Depreciação/Amortização	(8.077,57)	(5.128,92)
Outras Despesas	(295.848,42)	(452.947,21)



Diretor Presidente
Silvio Frosini de Barros Ferraz
CPF: 123.314.848-64

Contador
Eliel Jardim de Souza
CPF: 128.834.378-74
CT CRC: 1SP185869/O-6

**Demonstração do Resultado – Educação com Cobrança de Mensalidades
Para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em Reais**

	2021	2020
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO	2.901,05	(1.124,95)
Receitas Financeira	19.851,90	10.386,73
(-) Despesas Financeiras	(16.950,85)	(11.511,68)
(+/-) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	294.898,15	112.892,28
Doações Pessoa Física	57.945,93	44.256,81
Doações Pessoa Jurídica	63.600,22	24.314,06
(-) Doações Concedidas Pessoa Física	(11.530,55)	(5.729,32)
Doações Eventos de Terceiros	15.354,99	-
Contribuições de Associados	38.055,00	35.290,00
Receita do Trabalho Voluntário	8.192,91	12.419,95
(-) Despesa do Trabalho Voluntário	(8.192,91)	(12.419,95)
Recuperação de Despesas	1.313,82	-
Outras Receitas	620,92	-
Isenção de IPTU	15.548,62	14.760,73
Isenção INSS Patronal	110.517,20	-
Isenção PIS sobre Folha de Pagamento	3.472,00	-
(+/-) PROVISÕES	-	-
Provisões	-	-
(+/-) ISENÇÕES USUFRUÍDAS	-	-
Renúncia Fiscal Obtida	-	-
Renúncia Fiscal	-	-
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	312.002,60	271.738,45

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Diretor Presidente
Silvio Frosini de Barros Ferraz
CPF: 123.314.848-64

Contador
Eliel Jardim de Souza
CPF: 128.834.378-74
CT CRC: 1SP185869/O-6

ASSOCIAÇÃO PEDAGÓGICA NOVALIS – APN
CNPJ 03.580.848/0001-25

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em Reais

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Superávit/ (déficit) Acumulado</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2019	1.337.752,80	(186.978,05)	1.150.774,75
Superávit/Déficit do Período	-	271.738,45	271.738,45
Ajustes de exercícios anteriores	-	(27.977,90)	(27.977,90)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.337.752,80	56.782,50	1.394.535,30
Superávit/Déficit do Período	-	312.002,60	312.002,60
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.337.752,80	368.785,10	1.706.537,90

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Diretor Presidente
Silvio Frosini de Barros Ferraz
CPF: 123.314.848-64

Contador
Eliel Jardim de Souza
CPF: 128.834.378-74
CT CRC: 1SP185869/O-6

ASSOCIAÇÃO PEDAGÓGICA NOVALIS – APN
CNPJ 03.580.848/0001-25

Demonstração do Fluxo de Caixa
Para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em Reais

	2021	2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) do período	312.002,60	271.738,45
Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	8.077,57	5.128,92
Ajuste de exercícios anteriores	-	(27.977,90)
Perdas (ganhos) na alienação sobre o ativo imobilizado e	-	-
Redução (aumento) do ativo		
Contas a receber	(85.672,87)	(30.060,05)
Outros ativos	82.005,54	(112.853,05)
Aumento (redução) do passivo		
Fornecedores	(25.489,48)	16.818,04
Obrigações sociais e fiscais	(49.052,90)	63.519,06
Provisão de férias	(30.074,55)	16.997,78
Outros passivos	18.815,90	21.251,26
Geração (utilização) de caixa das atividades operacionais	230.611,81	224.562,51
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de imobilizado e intangível	12.196,86	(1.869,00)
Aquisições de Investimento	(17,70)	(400,00)
Geração (utilização) de caixa em atividades de investimentos	(12.214,56)	(2.269,00)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Recebimentos de empréstimos e financiamentos	-	117.670,53
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(108.383,20)	-
Geração (utilização) de caixa em atividades de	108.383,20	117.670,53
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	110.014,38	339.964,04
Caixa e equivalentes no início do período	554.920,34	214.956,30
Caixa e equivalentes no fim do período	664.934,72	554.920,34
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	110.014,38	339.964,04

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

10

Diretor Presidente
Silvio Frosini de Barros Ferraz
CPF: 123.314.848-64

Contador
Eliel Jardim de Souza
CPF: 128.834.378-74
CT CRC: 1SP185869/O-6

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em Reais**

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A **ASSOCIAÇÃO PEDAGÓGICA NOVALIS**, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, tendo por finalidade conforme o artigo 3º do seu estatuto, o desenvolvimento e manutenção de ESCOLAS WALDORF na cidade de Piracicaba, que se fundamentam na Pedagogia Antroposófica de Rudolf Steiner, promovendo a educação do homem segundo a antroposofia, contribuindo para a sua elevação espiritual, intelectual, moral e material, em benefícios de todos, sem distinção de pessoas, raças, cor, posição social, nacionalidade ou religião. A Escola Novalis qualifica-se como Entidade Beneficente de Assistência Social, vez que assim devidamente certificada, nos termos da legislação aplicável, com histórico da primeira emissão da certificação remontando ainda ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em 30/12/2021, a par do Processo n.º 23000.016423/2020-07. A certificação tem validade pelo período de 3 anos. Atualmente, a entidade mantém certificação válida e vigente a par do último processo analisado e deferido, perante o Ministério da Educação (Proc. n.º 23000.016423/2020-07), e pela pendência de pedidos posteriores tempestivamente protocolados.

NOTA 2 - DA APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis e financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade, com as práticas contábeis, emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração, a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 (R1), específica para Entidades sem Finalidades de Lucros e a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, que estabelecem critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas as serem divulgadas em notas explicativas das entidades sem fins lucrativos para preparação de suas demonstrações financeiras.

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração das receitas e despesas do exercício

As receitas e despesas são registradas, considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade, são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências fisco legais.



c) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento, na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências e provisão estimativa para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

d) Instrumento financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos, incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades, referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas, com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos, até as datas dos Balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Créditos

Referem-se a direitos a receber pela prestação de serviços educacionais.

Provisão para Credores de Liquidação Duvidosa

Constituída para fazer face às possíveis perdas de créditos a receber.

Adiantamentos

Registro de valores pagos a colaboradores, a título de férias e empréstimos eventuais, bem como antecipação a fornecedores.

Imobilizado

A entidade, não mantém controle contábil e físico do ativo imobilizado e são calculadas parcialmente às depreciações. Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade, demonstrado ao custo de aquisição. Para registro contábil



de depreciação, amortização e exaustão do ativo imobilizado, foi observada a obrigatoriedade do reconhecimento com base em estimativa de sua vida útil ou prazo de utilização.

Redução ao valor recuperável

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Entidade não identificou qualquer evidência, que justifica a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2021.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do Balanço Patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Empréstimos e Financiamentos

Registro das operações realizadas a título de empréstimo de associados e de instituições financeiras, exigíveis a curto e longo prazo.

g) Receitas Antecipadas

Refere-se a recebimentos antecipados de contratos de serviços educacionais que serão prestados durante o exercício de 2022.

h) Gratuidades e Assistência Social

Estão demonstradas conforme legislação vigente.

i) Doações

As doações recebidas são reconhecidas como receita quando recebidas. Demais despesas e receitas são apuradas pelo regime de competência.



j) Aplicação de recursos

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

NOTA 3 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2021	2020
Banco Itaú	606.456,34	503.126,82
Banco Sicoob	51.624,00	50.002,47
Total	658.080,34	553.129,29

NOTA 4 – CONTAS A RECEBER

	2021	2020
Mensalidade a receber exercício do exercício	249.196,62	209.263,27
Mensalidade a receber exercícios anteriores	106.700,73	52.480,59
Outros serviços a receber	934,39	-
Total	356.831,74	261.743,86
(-) Provisão estimativa para créditos de liquidação duvidosa	(35.589,73)	(26.174,39)
Total líquido	321.242,01	235.569,47

NOTA 5 – MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO

DESCRIÇÃO	SALDO	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSF.	SALDO 31.12.2021
	31.12.2020				31.12.2021
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
<u>Custo</u>					
Terreno	10.200,00	-	-	-	10.200,00
Edificações	1.572.723,03	-	-	-	1.572.723,03
Computadores e Periféricos	32.489,71	6.997,83	-	-	39.487,54
Móveis, Utensílios e Equipamentos	28.440,27	5.199,03	-	-	33.639,30
Total	1.643.853,01	12.196,86	-	-	1.656.049,87
<u>Depreciação acumulada</u>					
Edificações	(2.516,16)	(2.516,16)	-	-	(5.032,32)
Computadores e Periféricos	(1.718,33)	(3.946,08)	-	-	(5.664,41)
Móveis, Utensílios e Equipamentos	(1.575,52)	(1.615,33)	-	-	(3.190,85)
Total	(5.810,01)	(8.077,57)	-	-	(13.887,58)
Total	1.638.043,00	4.119,29	-	-	1.642.162,29



Diretor Presidente
Silvio Frosini de Barros Ferraz
CPF: 123.314.848-64

Contador
Eliei Jardim de Souza
CPF: 128.834.378-74
CT CRC: 1SP185869/O-6

NOTA 6 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

	2021	2020
Salários a pagar	55.057,00	77.144,00
Férias a pagar	102.438,93	112.455,06
INSS a recolher	18.835,06	54.102,12
FGTS a recolher	27.776,77	19.672,34
Contribuições Sindicais	5.142,53	1.555,59
PIS sobre a folha a recolher	-	3.309,99
Total	<u>209.250,29</u>	<u>268.239,10</u>

NOTA 7 – OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2021	2020
IRRF sobre folha a recolher	37.371,34	26.260,91
IRRF retido de terceiros a recolher	39,17	0,00
INSS retido de terceiros a recolher	0,00	1.014,94
ISS retido de terceiros a recolher	42,01	348,95
PIS, COFINS e CSLL a recolher	121,41	13,62
Total	<u>37.574,33</u>	<u>27.638,42</u>

NOTA 8 – CONTINGÊNCIAS

A Entidade não possui processos judiciais, envolvendo risco de perda classificado pela Administração e pelos assessores jurídicos como “provável e possível”

NOTA 9 – TRABALHO VOLUNTÁRIO

Durante o Exercício de 2021, a Entidade apurou um custo de R\$ 8.192,91, decorrente de serviços voluntários das atividades desenvolvidas pelos membros da Diretoria, utilizando o critério de reconhecimento do valor justo, pela prestação do serviço, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

NOTA 10 – RENÚNCIA FISCAL

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a entidade tem os tributos mencionados abaixo, com base de sua renúncia fiscal: PIS sobre receitas, COFINS sobre receitas, ISS sobre receitas, IPTU, IPVA, IRPJ, CSLL.



Diretor Presidente
Silvio Frosini de Barros Ferraz
CPF: 123.314.848-64

Contador
Eliel Jardim de Souza
CPF: 128.834.378-74
CT CRC: 1SP185869/O-6

NOTA 11 – SEGUROS

A entidade mantém contratado seguro de responsabilidade civil, relativo a reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais causados a terceiros. Também foram contratados seguros, por valores considerados suficientes pela entidade, para cobrir eventuais riscos de acidentes com terceiros, bem como, o seguro de vida de seus colaboradores, no atendimento a convenção coletiva de trabalho.

NOTA 12 – INSTRUMENTOS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros estão apresentados no balanço patrimonial pelos valores de custo, acrescidos das receitas auferidas e despesas incorridas, os quais se aproximam dos valores de mercado. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e estabelecimento de sistemas de controles.

A Entidade não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente e, tampouco, possui em 31 de dezembro de 2021 operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

NOTA 13 – PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social é representado em valores atualizados e compreende a somatória dos valores dos superávits e déficits ocorridos. Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu estatuto social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, cujos valores do Ativo e Passivo importam em R\$ 2.694.449,68 (dois milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e sessenta e oito centavos).



Diretor Presidente
Silvio Frosini de Barros Ferraz
CPF: 123.314.848-64

Contador
Eliel Jardim de Souza
CPF: 128.834.378-74
CT CRC: 1SP185869/O-6

NOTA 14 – DEMONSTRAÇÃO DA GRATUIDADE

Para atender os requisitos da legislação vigente a entidade está demonstrando abaixo, o quadro de gratuidades.

Lei 12.101 de 2009 (alterada pela Lei 12.868 de 2013) Portaria Normativa MEC nº 15 de 2017		
		Educação Básica
Total de alunos matriculados (a)		336
Alunos bolsa integral (Lei 12.101/2009)	Io	32
Alunos bolsa integral e com deficiência (Lei 12.101/2009)	Id	0
Alunos bolsa integral e em tempo integral (Lei 12.101/2009)	It	0
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	Ipro	0
Alunos bolsa integral (Pós-graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009)	Ipg	0
Número total de alunos com bolsa integral (Lei 12.101/2009)	I	32
Outras bolsas integrais (b)		51
Alunos matriculados em cursos que não sejam de graduação ou sequencial de formação específica regulares (c)		0
Alunos inadimplentes (d)		0
Alunos Pagantes: (a) - (b) - (c) - (d)	N	285
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	Po	38
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	Ppro	0
Alunos bolsa parcial de 50% (Pós-graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009)	Ppg	0
Número total de alunos com bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	P	38
Numero total de bolsas integrais equivalentes	B	51
Outras bolsas parciais		
Cálculo dos benefícios complementares		
Montante dos custos realizados pela entidade com os benefícios complementares	Vbc	
Receita Bruta anual de Mensalidades	M	
Total de alunos matriculados excluindo-se os inadimplentes	A	336
Valor de referência utilizado para conversão dos benefícios complementares	Vr	R\$ 0,00
Bolsas integrais convertidas em benefícios complementares		0
Limite de benefícios complementares (até 25% do máximo de bolsas integrais)		17
Número de benefícios complementares utilizado no cálculo	Bc	0
Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo		Art. 13
Quantidade mínima de bolsas 1/5 (Educação Superior sem Prouni 1/4)		Atendido
Quantidade mínima de bolsas 1/9		Atendido



Diretor Presidente
Silvio Frosini de Barros Ferraz
CPF: 123.314.848-64

Contador
Eliel Jardim de Souza
CPF: 128.834.378-74
CT CRC: 1SP185869/O-6